

A busca do horizonte perdido, na Educação

GAZETA MERCANTIL

10 MAR 1986

Luciano Gaino (*)

O desenvolvimento sócio-econômico depende mais do que cada um pode fazer pelo País do que daquilo que o País pode fazer por cada um, mas é certo que a preparação dos cidadãos depende de iniciativas tomadas pelos seus governantes para apoiar e acelerar o esforço de cada um, integrando-os com os objetivos públicos. Nesse sentido, o investimento em educação de dinheiro provido pelo orçamento governamental nada mais é do que o retorno dos recursos oriundos dos contribuintes em benefício do seu próprio desenvolvimento, dos seus dependentes e colaboradores através do sistema de ensino. A deficiência desse retorno cria um ciclo vicioso, impedindo que a participação social dos cidadãos não fique restrita às classes privilegiadas que podem investir recursos próprios no seu capital educacional, distanciando cada vez mais a possibilidade de



diminuir a defasagem sócio-econômica entre os diversos estratos da população.

A sustentação da liberdade exige, antes de mais nada, que o indivíduo se liberte da ignorância para que possa distinguir claramente suas limitações e potencialidades e realizar-se como pessoa, como profissional e como cidadão, orientando-se com segurança na seu meio social. Embora o ideal de igualdade sócio-econômica seja utópico, a igualdade de oportunidades deve ser perseguida para que cada um possa ampliar o seu horizonte até onde permita o seu potencial.

A "sorte" de cada um depende muito do feliz encontro entre capacidade e oportunidade, principalmente no campo profissional.

O desenvolvimento da capacidade é um investimento que dá excelentes retornos porque não só permite que os indivíduos estejam mais bem preparados para aproveitar as oportunidades de aplicar o seu potencial como também desenvolve a sua capacidade

de criar oportunidades, desencadeando um processo contínuo de desenvolvimento.

Por coincidência ou consequência, esse processo tem sido observado nos países desenvolvidos, pois aqueles que ostentam altos índices de desenvolvimento econômico oferecem também excelentes índices de escolarização apoiada em sistemas de ensino mais avançados.

Essa dívida social por longos anos de déficit educacional cobra juros altíssimos traduzidos nos elevados índices de mortalidade infantil, marginalidade desde a infância, criminalidade, falta de higiene e saúde, subemprego e muitos outros males sociais decorrentes da incapacidade de realização pessoal e profissional dos indivíduos. Não se há de polarizar as soluções, atribuindo à deficiência educacional a origem de todos os males sociais, mas a preparação da população para compreender as realidades do País e contribuir para as soluções exige medidas tal qual a preparação do terreno para o plantio por mais fértil que ele seja. E será

tão mais árdua essa tarefa quanto mais erodido estiver o terreno pela ação do tempo e das intempéries, exigindo pesquisas e adaptações das técnicas e metodologias para recuperar o terreno perdido.

No campo educacional não bastará a alocação de recursos para aumento da oferta de ensino, mas exigirá também grandes investimentos no aperfeiçoamento de especialistas em metodologia para aumentar a qualidade e a eficácia dos nossos sistemas, bem como ampliar o campo das pesquisas técnicas e científicas para aumentar a nossa independência e maturidade nesses campos.

A formação de pesquisadores e de professores exige uma interação com os centros educacionais mundiais mais desenvolvidos, para assimilação de conhecimentos e metodologias, ao mesmo tempo que se procura a adaptação dessas experiências à realidade nacional, respeitando os valores sócio-culturais e as características locais. Não se trata de copiar modelos, mas não é necessário "reinventar a roda".

Concentrando esforços no ensino básico para "preparar o terreno", e no desenvolvimento de pesquisadores e professores para assimilação, adaptação, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, criará-se uma sinergia que provoca uma reação em cadeia tal qual a observada no Japão nas últimas décadas.

O governante que conseguir catalisar esse processo poderá figurar na história do País tal qual o imperador Meiji, a cujo governo se atribui o início da modernização e desenvolvimento do Japão, que introduziu um sistema educacional em 1872 inspirado nos modelos ocidentais mais avançados da época, para promover os recursos humanos não só através do estabelecimento de escolas mas também através de esforços para assegurar o crescimento das matrículas do seu povo para que cada cidadão contribuisse com a sua capacidade para tornar o país na potência que hoje conhecemos.

(*) Professor e consultor da Fundação Getúlio Vargas — São Paulo.